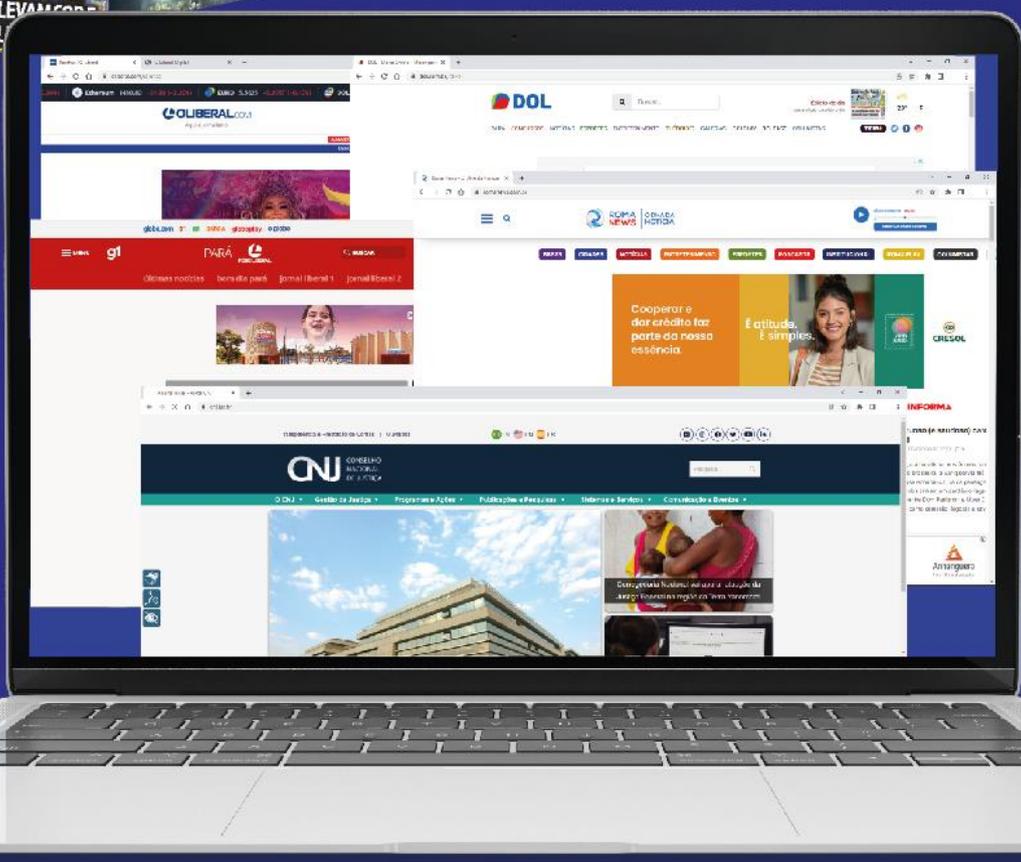




CLIPPING

Segunda Feira
27 de junho
de 2023



REPÓRTER

70

> CORTE MUDANÇAS 1

A Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, presidida pelo desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior, passou por mudanças neste mês. O juiz eleitoral Álvaro José Norat de Vasconcelos, decano da Corte, encerrou ontem seus trabalhos no TRE. No lugar dele, toma posse durante a Sessão Plenária de hoje a juíza eleitoral Rosa de Fátima Navegantes de Oliveira. A magistrada é conhecida por sua atuação em várias áreas, como a criminal, onde respondeu pelas varas de combate às organizações criminosas, crimes contra crianças e adolescentes. Na área cível, respondeu pela 4ª, 6ª, 8ª Varas de Família e 7ª Vara Cível.

EMPOUCAS LINHAS

● Foi realizada ontem a aula inaugural da segunda turma do curso “Dialogando com as mãos”, que vai oferecer a formação básica na Língua Brasileira de Sinais (Libras) para mais 100 servidores da área da segurança pública.

● A turma reúne servidores da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Detran, Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Defensoria Pública do Estado, Ministério Público e Prefeitura Municipal de Belém.

● A Arena Guilherme Paraense, o Mangueirinho, vai receber hoje a cerimônia de posse de 460 policiais penais aprovados no concurso C-208. A solenidade contará com a presença do governador Helder Barbalho.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CINCO ANOS

Mudança de sexo em cartório cresce 100%

Passados cinco anos desde a autorização nacional para que os cartórios de registro civil brasileiros façam mudanças de nome e sexo de pessoa transgênero, o número de alterações cresceu quase 100% no país e hoje mais de 10 mil atos foram realizados sem necessidade de procedimento judicial e nem comprovação de cirurgia.

Regulamentada em todo o país em 2018, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a mudança de sexo em cartório foi regulada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e passou a valer em junho do mesmo ano. No primeiro ano de vigência – junho de 2018 a maio de 2019 – foram feitas 1.916 alterações e, no último ano – junho de 2022 a maio de 2023 – houve 3.819 mudanças de gênero, aumento de 99,3%. As informações são da Agência Brasil.

Os números constam da Central de Informações do Registro Civil (CRC Nacional), base de dados nacional de nascimentos, casamentos e óbitos administrada pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), que reúne os 7.757 cartórios de registro civil do país.

DIREITOS

“O que vemos são as pessoas cada vez mais cientes de seus direitos e querendo fazer prevalecer na prática a sua personalidade e a sua autodeterminação”, disse, em nota, o presidente da Arpen-Brasil, Gustavo Renato

Fiscarelli, “Trata-se de mais um princípio relacionado à dignidade da pessoa humana e que encontra no Cartório de Registro Civil um procedimento muito mais prático e ágil do que a antiga opção de recorrer ao Poder Judiciário”, completou.

Os dados dos cartórios de registro civil mostram ainda que os dois últimos períodos de vigência da norma foram aqueles em que houve maior crescimento. No período de junho de 2021 a maio de 2022 houve aumento de 57,6% em relação ao período anterior, quando os atos passaram de 1.348 para 2.124. O período seguinte, de junho de 2022 a maio de 2023, teve crescimento ainda maior, com os números subindo para 3.819 alterações de gênero, aumento de 79,8%.

Entre as mudanças de gênero, as mudanças para o sexo feminino prevalecem. No primeiro ano da nova regulamentação – junho de 2018 a maio de 2019 – foram 1.068 mudanças do sexo masculino para o feminino e 798 do feminino para o masculino. Já no último ano da norma – junho de 2022 a maio de 2023 – foram registradas 2.017 mudanças de masculino para feminino e 1.558 de feminino para masculino.

Para orientar interessados, a Arpen-Brasil editou a Cartilha Nacional sobre a Mudança de Nome e Gênero em Cartório, em que apresenta o passo a passo para o procedimento e os documentos exigidos.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Agentes do Gaeco apreendem documentos, celulares, bilhetes e cartas trocadas entre detentos e líderes do PCC

“MURALHA”

Operação mira advogados acusados de apoio ao PCC

INVESTIGAÇÃO - Houve buscas e apreensão nos municípios paraenses de Castanhal e Marabá

DA REDAÇÃO

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) cumpriu, ontem, seis mandados de busca e apreensão domiciliar e pessoal, nos municípios paraenses de Castanhal e Marabá, contra advogados suspeitos de integrarem a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) e de promoverem a lavagem de dinheiro. Segundo as investigações do MPPA, que já duram mais de dois anos, os alvos da ação, chamada de Operação “Muralha”, compõem a célula jurídica denominada “Sintonia dos Gravatas”, do PCC. Em Marabá, as ordens judiciais foram cumpridas em um escritório de advocacia situado no bairro Belo Horizonte. Já em Castanhal, em endereços residenciais nos bairros Centro, Nova Olinda e Saudade I.

Os mandados foram deferidos pela Vara de Combate às Organizações Criminosas no Estado do Pará e realizados pelo Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MP-

Profissionais são investigados por possível ligação com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital

PA contou com o apoio do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI).

Segundo o MPPA, foram apreendidos, durante a operação, celulares, documentos, agendas com

anotações e mais de um mil bilhetes e cartas trocadas entre presos faccionados, os quais usavam advogados como “pombo correio” (na linguagem dos faccionados os “pombos” são os advogados que utilizam de suas prerrogativas para levar e trazer mensagens entre faccionados intra e extramuros, mantendo, assim, a facção em pleno funcionamento).

Os cumprimentos das decisões judiciais que autorizaram a medida cautelar de busca e apreensão domiciliar e pessoal foram devidamente acompanhados por advogados integrantes da Comissão de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Pará. As investigações prosseguem em segredo de justiça para a análise das evidências apreendidas. A Redação Integrada de O LIBERAL não conseguiu contatar com a OAB do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

“HTML”

Quatro são presos por crimes virtuais

DA REDAÇÃO

Foram cumpridos quatro mandados de prisão por meio da Operação “HTML”, que faz referência à linguagem para criação de sites. Além disso, foram cumpridos três mandados de busca e apreensão domiciliares no município de Diadema, em São Paulo. A operação é da Polícia Civil do Pará, por meio da Divisão de Combate a Crimes Contra Direitos Individuais Praticados Por Meios Cibernéticos (DCDI/DECCC), com o apoio do Departamento de Operações Policiais Estratégicas (DOPE/SP) e do Setor de Investigações Gerais (SIG/SP).

Os mandados foram expedidos pelo Poder Judiciário do Pará, na última sexta-feira (23). Os suspeitos são investigados pela prática de crimes de estelionato, falsidade ideológica e associação criminosa, por haver a criação de um site com nome e CNPJ de uma grande empresa paraense na categoria de acessórios automotivos.

Eles aplicavam golpes de falsas vendas com a utilização do endereço eletrônico, até quando chegou uma cobrança para a empresa legítima sobre a entrega dos equipamentos vendidos. Por isso, a situação começou a ser investigada pela DCDI.

A operação iniciou e se encerrou



Operação contra estelionatários mobilizou policiais civis do Pará e de São Paulo

no mesmo dia e houve a fuga de dois suspeitos no município de Diadema. Porém, com a utilização do monitoramento eletrônico, as equipes conseguiram localizar os homens e realizar as prisões no município de Praia Grande, também em São Paulo. Durante as ações, foi identificado que a associação criminosa praticou a mesma infração contra empresas do mesmo ramo nos Estados do Pará, Ceará, Bahia e Mato Grosso do Sul.

Os presos foram conduzidos à unidade policial onde se encontram à disposição do Poder Judiciário. Com os investigados, foram apre-

dados dez aparelhos celulares, dois notebooks, cartões de crédito e maquinetas de cartão dos suspeitos. As investigações seguem para prender outras pessoas envolvidas na organização criminosa.

“A operação policial reforça o compromisso da Polícia Civil do Estado do Pará em coibir e diminuir a incidência das ações delituosas visando desarticular associações criminosas que atuam nessa prática delitiva”, destaca a delegada Vanessa Lee, titular da Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos (DECCC).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Advogados supostamente ligados ao PCC são alvos de operação no Pará

Grupo de atuação do MP deflagrou ação em endereços localizados em Marabá e Castanhal, após mais de dois anos de investigações de supostos integrantes que agiam por ordem da organização criminosa

MURALHA

O Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado do Ministério Público Estado do Pará (GAECO), com o apoio do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI), deflagrou na manhã desta segunda-feira, 26 de junho, a Operação Muralha, visando o cumprimento simultâneo de seis mandados de busca e apreensão domiciliar e pessoal deferidos pela Vara de Combate às Organizações Criminosas no estado do Pará. A ordem envolveu endereços localizados em Marabá e Castanhal.

A Operação Muralha fundamenta-se em procedimento investigatório criminal instaurado no ambi-

to do GAECO com o objetivo de investigar conduta ilícita de advogados, consistente em integrar organização criminosa e lavagem de dinheiro. De acordo com o que foi apurado ao longo de mais de dois anos de investigação, os advogados alvos da medida cautelar de busca e apreensão compõem a célula jurídica denominada "Sintonia dos Gravatas", na estrutura da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Marabá, em um escritório de advocacia situado no bairro Belo Horizonte, e em Castanhal, em endereços residenciais nos bairros Centro, Nova Olinda e Saudade I.

Foram apreendidos durante a operação telefones celulares, documentos,

agendas com anotações de interesse da investigação e mais de um mil bilhetes e cartas trocadas entre presos facionados, os quais usavam advogados como "pombo correio" (na linguagem dos facionados os "pombos" são os advogados que utilizam de suas prerrogativas para levar e trazer mensagens entre facionados intra e extra muros, mantendo, assim, a facção em pleno funcionamento). Os cumprimentos das decisões judiciais que autorizaram a medida cautelar de busca e apreensão domiciliar e pessoal foram devidamente acompanhados por advogados integrantes da Comissão de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PA). As investigações prosseguem em segredo de justiça para a análise das evidências apreendidas.



Os agentes cumpriram seis mandados de busca e apreensão nos dois municípios FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PRESO COBRAVA ATÉ R\$ 1,8 MIL POR DOCUMENTO VENDIA DIPLOMAS FALSOS

Após denúncia, Carlos de Lima Correa teve sua prisão decretada pela Justiça, em Breves, Ilha do Marajó



MERCADO ILEGAL

JR Avelar

Nos últimos meses, a Polícia Civil de Breves, através da Superintendência Regional do Marajó Ocidental, recebeu quitação-crime contra um homem suspeito de vender certificados de ensino médio e diplomas de curso superior em toda região do arquipélago marajoara. Ele acabou atrás das grades.

Com base nas informações das vítimas, a Polícia Civil colocou em curso uma investigação e assim conseguiu identificar o suspeito e, diante das provas, representar na Justiça por busca e apreensão no imóvel onde ele reside, bem como sua prisão.

A Polícia Civil cumpriu assim um mandado de busca e apreensão na residência de Carlos de Lima Correa, localizada na Avenida Anjás, no município de Breves, o qual já era investigado pelo crime de falsificação de documento público.

A equipe policial tomou conhecimento que eram comercializados em Breves e cidades vizinhas certificados de ensino médio, históricos escolares, diplomas de curso superior e ainda de especializações, por valores que variavam de R\$ 400 a R\$ 1,8 mil.

Foram apreendidos diversos documentos pessoais, caderno com anotações e certificados, dois celulares e um notebook. Havia ainda na casa uma quantidade significativa de produtos hospitalares e medicamentos que terão sua origem investigada.

Policiais civis apreendem uma série de conteúdos na casa do denunciado
veja a continuação

De acordo com a Polícia Civil de Breves, as investigações continuam para identificar os compradores desses produtos, uma

vez que eles também estavam se beneficiando da falsificação e essencialmente profissões para as quais não possuem qualificação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Gaeco cumpre mandados de busca e apreensão contra advogados

As ações de mandado e de prisão do Gaeco aconteceram em Marabá e Castanhal contra advogados suspeitos de integrarem facção criminosa conhecida como PCC

MARABÁ E CASTANHAL

Da Redação

O Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado do Pará (Gaeco), com o apoio do Grupo de Atuação Especial de Investigação e Seguranca Institucional (GSI), deflagrou na manha desta segunda-feira (26), a Operação Murata, visando o cumprimento simultâneo de seis mandados de busca e apreensão domiciliar e pessoal deferidos pela Vara de Combate ¢s Organizações Criminosas no estado do Pará. A ordem envolveu endereços localizados em Marabá e Castanhal.

A Operação Murata fundamenta-se em procedimento investigatório criminal instaurado no ¢mbito do Gaeco com o objetivo de investigar conduta ilicita de advogados, consistente em integrar organização criminosa (Lei n 12.850/2013) e lavagem de dinheiro. De acordo com o que foi apurado ao longo de mais de dois anos de investigação, os advogados alvos da medida cautelar de busca e apreensão compõem a célula jurídica

denominada "Sintonia das Gravatas", na estrutura da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Marabá, em um escritório de advocacia situado no bairro Belo Horizonte, e em Castanhal, em endereços residenciais nos bairros Centro, Nova Omnia e Saudade I.

Furto apreendidos durante a operação incluem celulares, documentos, agendas com anotações de interesse da investigação e mais de um mil bilhetes e cartas trocadas entre presos faccionados, os quais usavam advogados como "ponto correto" [na linguagem dos faccionados os "pontos" são os advogados que utilizam de suas prerrogativas para levar e trazer mensagens entre faccionados intra e extra muros, mantendo, assim, a facção em pleno funcionamento].

Os cumprimentos das decisões judiciais que autorizaram a medida cautelar de busca e apreensão domiciliar e pessoal foram devidamente acompanhados por advogados integrantes da Comissão de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PA). As investigações prosseguem em segredo de justiça para a análise das evidências apreendidas.



Advogados serviam como "pontos corretos" dos presos levando e trazendo cartas entre os criminosos por meio

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

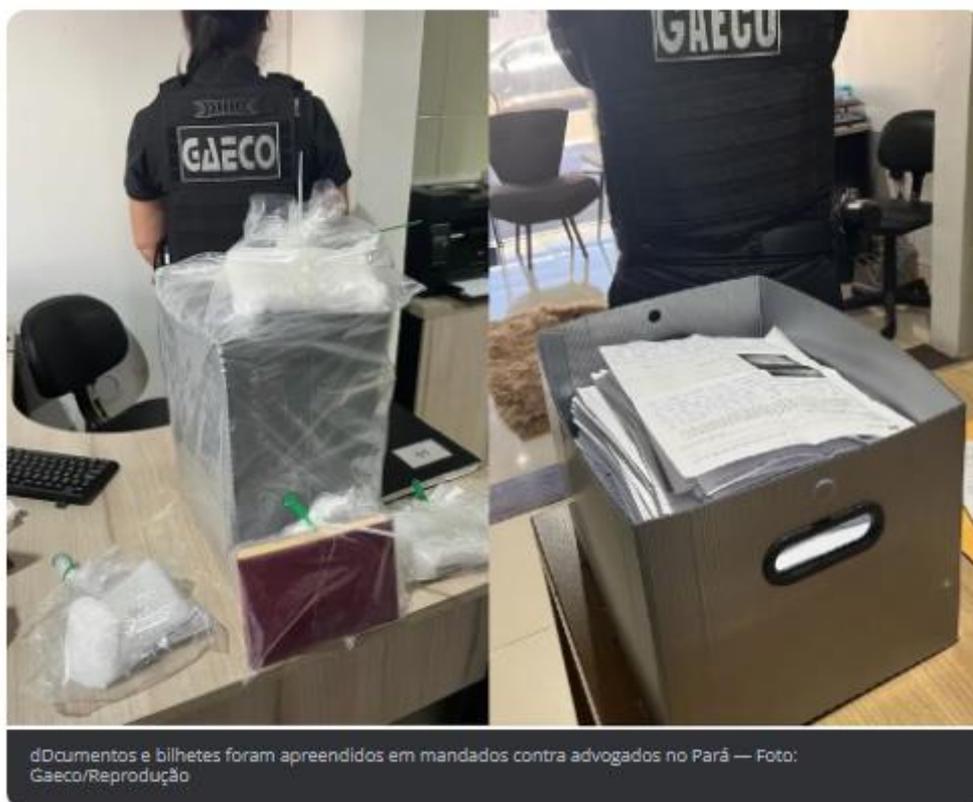
(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Advogados do Pará são alvo de operação por suspeita de integrar grupo criminoso e de atuar como 'pombo-correio' em presídios

Eles foram alvo de mandados do Gaeco em Castanhal e Marabá, em investigação que inclui também crime de lavagem de dinheiro. Documentos e bilhetes foram apreendidos.

Por g1 Pará

26/06/2023 15h47 · Atualizado há 21 horas



Documentos e bilhetes foram apreendidos em mandados contra advogados no Pará — Foto: Gaeco/Reprodução

Advogados suspeitos de integrarem um grupo criminoso foram alvo de mandados de busca e apreensão em [Castanhal](#), nordeste do Pará, e em [Marabá](#), sudeste do estado, nesta segunda-feira (26). Segundo o Ministério

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Público do Pará (MPPA), eles são suspeitos de condutas ilícitas, incluindo lavagem de dinheiro. Não houve prisões.

Os agentes apreenderam celulares, documentos, agendas com anotações e mais de mil bilhetes e cartas trocadas entre os presos através dos advogados usados como pombo-correio.

Segundo Gaeco, pombo-correio é quando "os advogados utilizam de suas prerrogativas para levar e trazer mensagens entre faccionados intra e extra muros, mantendo, assim, a facção em pleno funcionamento", mesmo com os integrantes presos.

Os mandados foram cumpridos em um escritório de advocacia em Marabá e em endereços residenciais de Castanhal da Operação Muralha, do Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado do Ministério Público Estado do Pará (Gaeco), com o apoio do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI).

Não foi informado quantos advogados são alvo da operação, nem identidade deles. Eles foram investigados por dois anos antes dos mandados e são suspeitos de compor "célula jurídica denominada da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC)", ainda conforme o Gaeco.

A Comissão de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PA). "As investigações prosseguem em segredo de justiça para a análise das evidências apreendidas", informou o MPPA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Foto: Gaeco

Operação cumpre mandados contra advogados suspeitos de integrarem facção criminosa no Pará

POR ROMA NEWS | 27 DE JUN DE 2023, 10:46

O Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado do Ministério Público Estado do Pará (GAECO), com o apoio do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI), deflagrou na manhã desta segunda-feira, 26 de junho, a Operação Muralha, visando o cumprimento simultâneo de seis mandados de busca e apreensão domiciliar e pessoal deferidos pela Vara de Combate às Organizações Criminosas no estado do Pará. A ordem envolveu endereços localizados em Marabá e Castanhal.

A Operação Muralha fundamenta-se em procedimento investigatório criminal instaurado no âmbito do GAECO com o objetivo de investigar conduta ilícita de advogados, consistente em integrar organização criminosa (Lei nº 12.850/2013) e lavagem de dinheiro. De acordo com o que foi apurado ao longo de mais de dois anos de investigação, os advogados alvos da medida cautelar de busca e apreensão compõem a célula jurídica denominada “Sintonia dos Gravatas”, na estrutura da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em Marabá, em um escritório de advocacia situado no bairro Belo Horizonte, e em Castanhal, em endereços residenciais nos bairros Centro, Nova Olinda e Saudade I.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Foram apreendidos durante a operação telefones celulares, documentos, agendas com anotações de interesse da investigação e mais de um mil bilhetes e cartas trocadas entre presos faccionados, os quais usavam advogados como “pombo correio” (na linguagem dos faccionados os “pombos” são os advogados que utilizam de suas prerrogativas para levar e trazer mensagens entre faccionados intra e extra muros, mantendo, assim, a facção em pleno funcionamento).

Os cumprimentos das decisões judiciais que autorizaram a medida cautelar de busca e apreensão domiciliar e pessoal foram devidamente acompanhados por advogados integrantes da Comissão de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PA). As investigações prosseguem em segredo de justiça para a análise das evidências apreendidas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br